

NOÇÕES DE QUALIFICAÇÃO E RELAÇÕES INTERSUBJETIVAS NA PRODUÇÃO DE TEXTOS

Marília Blundi Onofre (UFSCAR)

Solange Christiane Gonzalez Barros (UFSCar)

Resumo: Neste artigo, propomo-nos a fazer algumas considerações sobre o estudo do texto sob a ótica enunciativa, com base na Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE), de autoria de Antoine Culioli. A nossa opção teórica justifica-se à medida que consideramos esse referencial teórico muito pertinente para se trabalhar a produção textual no ensino de língua, nosso objetivo. A articulação entre marcas gramaticais e produção-interpretação de texto, proposta pela TOPE, possibilita esse canal com o ensino de língua. Nessa perspectiva, estudamos a noção de qualificação veiculada por diferentes marcas gramaticais às quais, tradicionalmente, atribui-se esse papel. Incluem-se nesse grupo, por exemplo, os adjetivos, as locuções adjetivas, as orações adjetivas. Interessa-nos mostrar que os processos de predicação que envolvem a noção de qualificação vão além dos valores gramaticais estabelecidos, traduzindo noções discursivas, entre elas a noção de intersubjetividade, tal como discutiremos aqui.

Palavras-chave: Enunciação, Ensino-aprendizagem de língua portuguesa, Qualificação.

Abstract: In this article, we propose some considerations concerning the study of the text from an enunciative perspective, based on the Predicative and Enunciative Theory of Operations (PETO) by Antoine Culioli. Our theoretical choice is justified as we consider this theoretical framework essential in terms of working with text production in language teaching, which is our aim. The relationship between grammatical marks and interpretation-production of texts, proposed by PETO makes this channel possible in language teaching. Taking this into account, we study the idea of qualification driven by different grammatical marks which traditionally are attributed to this role. For instance, adjectives, and adjective phrases are included in this group. We are interested in showing that the predication processes, which involve the idea of qualification, go beyond the established grammatical values,

translating discursive ideas, among them the idea of intersubjectivity, which will be discussed here.

Key words: Enunciation, Portuguese learning-teaching, Qualification.

INTRODUÇÃO

O trabalho com produção textual, no ensino de língua, é um desafio tanto para o professor quanto para os aprendizes, pois se espera que ambos realizem uma atividade dialógica criativa. E o que isso significa? O que é ser criativo?

Como professores, muitas vezes, deparamo-nos com a dificuldade em avaliar os textos, atribuir notas e responder ao aluno sobre os seus acertos e erros em relação à sua produção textual, em especial no que concerne à criatividade.

Tendo em vista essas questões postas acima, a nossa reflexão pauta-se nos princípios da TOPE, concebendo, então, a produção textual como um processo dinâmico resultante de uma série de operações enunciativas geradas por um indivíduo em busca de sua própria constituição como sujeito. A linguagem deve ser vista como forma de ação, sendo considerada como uma atividade dialógica. Dessa ótica, um dos papéis do ensino e aprendizagem de línguas é o de garantir ao aluno o desenvolvimento de sua competência discursiva, seu engajamento discursivo, promovendo-o a sujeito, o que significa provocar a sua experiência psicossociológica de

construção de significação por meio da linguagem. É desse lugar que entendemos o conceito de criatividade, e é desse lugar que pretendemos discutir questões iniciais.

Encontramos tais apontamentos, ainda que parcialmente, nos PCN de Língua Portuguesa, cuja orientação central é de que o aprendiz opere com os recursos linguísticos e discursivos na prática com a linguagem, como nos revela a seguinte citação:

O objeto de ensino e, portanto, de aprendizagem é o conhecimento linguístico e discursivo com o qual o sujeito opera ao participar das práticas sociais mediadas pela linguagem. Organizar situações de aprendizado, nessa perspectiva, supõe: planejar situações de interação nas quais esses conhecimentos sejam construídos e/ou tematizados; organizar atividades que procurem recriar na sala de aula situações enunciativas de outros espaços que não o escolar, considerando-se sua especificidade e a inevitável transposição didática que o conteúdo sofrerá; saber que a escola é um espaço de interação social onde práticas sociais de linguagem acontecem e se circunstanciam, assumindo características bastante específicas em função de sua finalidade: o ensino. (BRASIL, 1998, p.22)

Ressaltamos ainda que esses postulados tendem a delinear as práticas que devem ser aplicadas em sala de aula, propondo

um estudo de língua como atividade social, concebida como um espaço de interação entre os enunciadores num determinado contexto comunicativo. Tal proposta implica que se compreenda a enunciação como eixo central de todo sistema linguístico, leve-se em conta as relações que o sujeito mantém em seu meio, evidencie-se que o professor deve se comprometer em criar condições necessárias, para que o aprendiz possa desenvolver sua competência discursiva. Tudo isso com o intuito de que “o sujeito seja capaz de utilizar a língua de modo variado, para produzir diferentes efeitos de sentido e adequar o texto a diferentes situações de interlocução oral e escrita” (BRASIL, 1998, p.23).

Nesse quadro teórico proposto, a nossa contribuição faz-se no sentido de discutir a noção de qualificação, procurando identificar os valores discursivos assumidos pelos marcadores de qualificação, entre eles o valor de intersubjetividade. Pretendemos, por esse caminho, entender os objetivos traçados para o desenvolvimento do trabalho com ensino e aprendizagem de produção textual nos moldes dialógicos, e defender que o acesso a tais objetivos implica um trabalho de articulação entre léxico-gramática e discurso, que difere daquele exercício gramatical normativo explorado em sala de aula, que não leva em conta a atividade discursiva.

A TOPE EM RELAÇÃO COM O ENSINO DE LÍNGUA

1. PRINCÍPIOS TEÓRICOS

A Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas concebe a linguagem como atividade de construção de significação desenvolvida por sujeitos enunciadores em interação, cuja materialização linguística realiza-se por meio das línguas naturais. Propõe, assim, a articulação entre a linguagem e as línguas, seu princípio norteador, que será mais bem compreendido pelo princípio da invariância linguística. Tal conceito corresponde a uma relação primitiva de caráter semântico a partir da qual as demais relações linguísticas, predicativas e enunciativas, são geradas. Nesse lugar gerador, organiza-se uma tripla de relações, onde as noções linguísticas são moduladas umas em relação às outras, e nessa concepção os domínios nocionais configuram-se, inaugurando valores nocionais, ou aproximando-se mais ou menos dos valores linguísticos estabilizados. Por exemplo, dado o enunciado <Olhai os lírios do campo>, considera-se que ele foi gerado a partir de uma relação primitiva, tripla de noções, ainda não assertada, tal como <olhador olhar olhável>, logo <vós olhar lírios do campo>. A partir desse lugar, o enunciado vai se organizar em torno desses domínios nocionais instaurados, pela relação predicativa, sendo possível se tematizar quer

<vós>, quer <olhar>, quer <lírios do campo>; de onde se criam as várias possibilidades de organização sintático-semântica do enunciado. Paralelamente a essas relações, constitui-se a relação enunciativa, pela instanciação das marcas de pessoa (<eu<não eu>), das marcas modais (<afirmo< não afirmo>) e aspecto-temporais (<aqui<não aqui, agora<não agora>).

Explica-se, assim, a característica, ao mesmo tempo estável e plástica da linguagem. E, ao mesmo tempo, explica-se, nessa perspectiva, a noção de criatividade que assumimos aqui, que diz respeito à própria atividade de linguagem, que vem a ser um processo de tradução intralinguístico pelo qual os sujeitos deixam ver suas experiências psicossociológica que se constituem nos processos discursos sem um ponto de chegada ideal e definitivo.

Essas reflexões podem ser complementadas pelas palavras de Rezende (2009, p.14), pesquisadora pioneira nos estudos culiolianos no Brasil, que define a linguagem como um trabalho ou uma atividade de construção de significação resultante da conjunção de operações de representação mental, referenciação linguística e regulação intersubjetiva, veiculada pelas línguas naturais, que vem a ser os próprios arranjos textuais, escritos ou orais. Tais operações correspondem, respectivamente, a i. a apreensão,

pelo sujeito, dos valores físico-culturais que moldam o mundo, sendo da ordem psicológica; ii. a expressão, pelo sujeito, por meio da referência linguística, sendo da ordem sociológica; e iii. a equilibração entre os sujeitos enunciadore, que regulam seus dizeres a partir da relação com seus interlocutores, sendo, portanto, da ordem psicossociológica. Portanto, construir e reconhecer formas por meio dos agenciamentos de marcadores da língua é possível graças à capacidade comum aos indivíduos para representar, referenciar e regular.

Culioli (1990) ainda explica a atividade de linguagem por meio das atividades epilinguística, linguística e metalinguística, que dizem respeito aos processos mais ou menos conscientes de manipulação dos enunciados pelos enunciadore, e que se organizam em três níveis. No primeiro nível, onde se localiza a atividade epilinguística, o processo é não consciente, e as relações são ainda indeterminadas e pré-assertadas. No segundo nível, há a explicitação do processo epilinguístico, pela materialização discursiva, quando a manipulação dos enunciados passa a ser consciente, no entanto, não há a manipulação controlada dos enunciados, o que ocorre no terceiro nível, por meio da atividade metalinguística.

Esse movimento entre os níveis é o que se pretende que seja explorado no ensino de língua, por meio da atividade

metalinguística, pondo em relação as atividades epilinguística e linguística, articulando um eixo natural de linguagem a um outro controlado.

2. PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS: DAS GLOSAS ÀS FAMÍLIAS PARAFRÁSTICAS

A proposição da relação entre os níveis de atividade de linguagem, sobre o qual discorreremos acima, aponta para uma metodologia de desenvolvimento desse trabalho linguístico que se fundamenta na articulação entre as glosas linguísticas, do lado natural da linguagem, e as famílias parafrásticas, do lado controlado. Essas manipulações de enunciados, como prática aplicada ao ensino, visam a um exercício de reflexão sobre a linguagem, que não se restringe às ocorrências linguísticas regulares, e que vai além da exposição dos modelos no nível da língua. A intenção é trabalhar com a proliferação de enunciados observando a natureza estável e deformável da linguagem e suas possíveis modulações enunciativas e discursivas.

Sobre essas questões, Culioli (1999) afirma que “Lorsque le sujet énonciateur se fait (à sa manière) linguiste, il produit des gloses. Lorsque le linguiste se fait sujet énonciateur, il construit des familles paraphrastiques, c’est-à-dire, des classes d’équivalences (...)” (CULIOLI, 1999, p. 74).

Essas reflexões do autor chegam aos PCN de Língua Portuguesa (1998), ainda que de forma fragmentada, e ganham certa vulgarização no ensino uma vez que nem sempre o seu emprego é condizente com os pressupostos culiolianos acerca da linguagem. Vemos o que se segue:

Por atividade epilinguística se entendem processos e operações que o sujeito faz sobre a própria linguagem (em uma complexa relação de exterioridade e interioridade). A atividade epilinguística está fortemente inserida no processo mesmo da aquisição e desenvolvimento da linguagem. Ela se observa muito cedo na aquisição, como primeira manifestação de um trabalho sobre a língua e sobre suas propriedades (fonológicas, morfológicas, lexicais, sintáticas, semânticas) relativamente independente do espelhamento na linguagem do adulto. Ela prossegue indefinidamente na linguagem madura: está, por exemplo, nas transformações conscientes que o falante faz de seus textos e, particularmente, se manifesta no trocadilho, nas anedotas, na busca de efeitos de sentido que se expressam pela ressignificação das expressões e pela reconstrução da linguagem, visíveis em muitos textos literários. (BRASIL, 1998, p.28)

Essa referência à atividade epilinguística, em especial aos exemplos citados, levou a uma certa aplicação equivocada desse conceito em sala de aula, tomando-o como relativo a

algumas ocorrências de ordem da língua, como se pudesse ser aplicado em forma de regra. Com essa observação que fazemos, embora superficialmente, pretendemos mostrar que a nossa proposta está parcialmente contemplada nos PCN (Brasil, 1998). Dizemos isso não somente pelos problemas em relação à interpretação dos conceitos, nem sempre adequada, como é o caso da compreensão sobre a atividade epilinguística, mas, especialmente, porque, nesse documento, há a indicação, lado a lado, de múltiplas propostas teórico-metodológicas a serem aplicadas no ensino, sem que se leve em conta que alguns fundamentos são contraditórios. Nesse sentido, a abordagem presente nos PCN não é suficiente para o que propomos.

3. ENTRE AS GLOSAS E AS FAMÍLIAS PARAFRÁSTICAS: O PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO NA PRODUÇÃO TEXTUAL

Retomando, pois, as considerações que fizemos acima, passamos a analisar a noção de qualificação, e, por sua vez de quantificação, já que essas noções não se separam no quadro teórico apresentado. Segundo Culioli (1999b), os conceitos de qualificação e quantificação tem como papel a construção de uma ocorrência de noção, e envolve uma delimitação quantitativa (a operação de quantificação) e uma delimitação qualitativa (a operação de qualificação).

A qualificação está relacionada à natureza, às propriedades, às qualidades de uma ocorrência dada por um sujeito, e, conseqüentemente, sua relação com os outros termos da predicação (localização) está relacionada ao parâmetro do sujeito da situação de enunciação. De acordo com Culioli (1999), a qualificação entra em jogo toda vez que se efetua uma operação de identificação e diferenciação sobre uma coisa qualquer. O diferencial dessa reflexão é a relação do sujeito locutor (S^o) com a constituição da qualificação. Estamos verificando a hipótese de que a noção de qualificação, além das operações de identificação e diferenciação, implica ainda uma operação de modalização. Esta se situa entre a ênfase, a apreciação e a apreciativa, a partir da qual se expressa uma noção de intersubjetividade, uma vez que o sujeito explicita seu julgamento sobre a predicação que constrói, chamando pelo enunciatário, tal como pretendemos observar na análise a seguir.

As duas produções textuais apresentadas abaixo, intituladas, respectivamente, *Continue a história A família Oliveira*, compõem um *corpus* maior de pesquisa e foram elaboradas na ocasião em que a professora de Português estava trabalhando com narrativas de aventura, solicitando aos alunos que desenvolvessem uma narrativa com o tema

família. Antes da realização das produções, a docente discutiu sobre o valor, a representação da família, e os alunos expuseram, oralmente, suas opiniões sobre esse assunto. Em seguida, solicitou que eles continuassem uma história, a partir do seguinte enunciado dado:

(1) *Num domingo ensolarado saímos para...*

A produção textual original do aluno foi transcrita tal como segue abaixo. Assim temos,

Produção Textual 1 - Continue a história

Continue a história

Num domingo ensolarado saímos para ir a sorveteria com o meu irmão nós tomamos sorvete de morango e ele tomou morango e chocolate e nos comemos e nós pagamos e fomos embora e fomos para o parque e lá nos fomos no barco viking eu fui

[Produção Textual de um aluno do 6º ano - E. Fundamental - Ciclo II].

Após a leitura dessa produção textual, observamos que em *Continue a história* há raras ocorrências envolvendo a noção de qualificação com marcas apreciativas, na forma em que estabelecemos nossa análise. O texto narra uma sequência de ações realizadas pelo sujeito enunciativo (S^1) como <tomar sorvete>, <comer> e <ir ao parque>. Não apresenta marcas de julgamento emitidas pelo sujeito

locutor (S^o), neste caso o aprendiz, que se comporta somente como um espectador das ações narradas, não expressando nenhum parecer.

A produção textual analisada é um exemplo típico de narrativas produzidas por alunos da 6^a série, cujas produções apresentam a mesma estrutura.

À medida que coletamos e selecionamos o nosso *corpus*, verificamos que a presença da noção de qualificação e, ao mesmo tempo, das modalizações de ênfase e de apreciação não são tão frequentes nestes textos. Com o desenvolvimento da análise, constatamos que os processos de predicação ocorrem baseados em um encadeamento de ações/acontecimentos, sendo raras as modalizações apreciativas, ou ainda de ênfase, operações que traduzem mais explicitamente o julgamento do sujeito enunciador.

Ao contrário da produção textual acima, que não apresenta ocorrências com noções de qualificação, o texto abaixo transcrito possui tais marcas linguísticas, conforme apresentaremos. Então, temos:

Produção Textual 2 - A família Oliveira

A família Oliveira

Num domingo ensolarado saímos para tomar um bronzeado na praia do Guarujá.

Tulio, Joca, Maria e as crianças que se chamavam

André e Adriana, após chegar estenderam as toalhas na areia e deitaram.

A temperatura estava muito alta, a maré quebrava na metade da praia e a água do mar estava muito refrescante. Desde muito baixo conseguimos apreciar o belo horizonte que o mundo nos trouxe.

Quando a temperatura abaixou as crianças foram brincar na areia, construíram castelos de areia, cavaram fundos buracos, pegaram algumas conchas na beira do mar e depois foram dar um mergulho nas águas salgadas do Guarujá.

Ao entardecer recolheram as coisas e colocaram as nas van para ir embora. No caminho para casa todos se divertiram, André e Adriana pularam, contaram piadas e brincaram para valer.

Ao chegar em casa tomaram banho, vestiram pijama e depois “mergulharam” no sono.

No outro dia acordaram todos assados e com dores no corpo, mas para piorar Bilu seu cachorro urinou pela casa inteira, e sobrou para quem limpar? Sobrou para a família Oliveira!

[Produção Textual de um aluno do 6º ano de Ensino Fundamental - Ciclo II]

Iniciamos nossa análise extraíndo as seguintes predicções que consideramos veicular as noções de qualificação e apreciação, explicitando, assim, relações de intersubjetividade:

(01) A temperatura estava **muito alta** [...]

(02) [...] a água do mar estava **muito refrescante**.

(03) Desde muito baixo conseguíamos apreciar **o belo horizonte** que o mundo nos trouxe.

(04) [...] cavaram **fundos buracos**, [...]

(05) [...] depois foram dar um mergulho nas **águas salgadas** do Guarujá.

(06) [...] brincaram **para valer**.

(07) Ao chegar em casa tomaram banho, vestiram pijama e depois **“mergulharam” no sono**.

(08) No outro dia acordaram **todos assados e com dores no corpo**, [...]

Dessas oito ocorrências, analisaremos somente uma delas, considerando-a um referencial para as demais ocorrências.

Assim, no exemplo (6), temos:

(06) [...] brincaram **para valer**.

De onde se lê:

1. Sº<eu> Tº<agora> Eº<aqui> digo que <houve um brincar>;
2. Sº<eu> Tº<agora> Eº<aqui> julgo que <esse brincar <foi para valer<verdadeiro brincar>

Nesse exemplo, temos a discretização de uma ação, quanto ao sujeito, ao tempo e ao espaço. Há uma noção que se qualifica e se quantifica <houve um brincar durante a ida à praia>. Nessa ação, há um julgamento do sujeito enunciador

por meio dos modalizadores de ênfase e apreciativo, considerando-se que a noção de ênfase <foi um verdadeiro brincar> é gerada por uma sequência de ocorrências anteriores, que possibilitam ao sujeito enunciador fazer a sua apreciação <brincou tanto que brincou para valer <brincou de verdade <a brincadeira na praia foi uma verdadeira brincadeira> etc.

Nesse exemplo trabalhado, procuramos demonstrar que nos movimentos de predicação é possível encontrar o “sujeito”, autor da predicação, assertando, apreciando, julgando, mais ou menos o que narra ou descreve. São marcas que vão se sobrepondo, criando-se uma rede de predicações. Ao construir a produção de texto, percebemos que o aprendiz traz suas experiências, a sua apreensão de mundo ao expor o seu ponto de vista.

E agora, retomando e comparando as duas produções dos alunos, foi possível observar que o primeiro texto restringe-se às sequências de ações, sem dialogar com elas, é como se ele ficasse incólume ao que se diz. O segundo texto, diferentemente daquele, traz um sujeito mais crítico, assumindo seu lugar criativo, assumindo uma voz no texto.

A nossa análise, por meio do trabalho com a noção de qualificação, possibilitou-nos verificar que o mais

relevante de se trabalhar com essa noção, nos moldes propostos, é mostrar ao aluno a importância da inclusão dessas marcas no textos, como forma de traduzir a sua autoria, a sua criatividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos, neste texto, uma reflexão sobre o processo de produção textual no ensino sob a perspectiva da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas. Pretendemos, assim, discutir o princípio da criatividade. Termo tão presente nos documentos oficiais de ensino, como também tão vago e impreciso, ganha outra significação no quadro da TOPE, como buscamos demonstrar.

Os princípios teórico-metodológicos expostos, ainda que incipientes em nossas reflexões, objetivam apontar um caminho para se trabalhar a produção textual no ensino, explorando as noções de qualificação e seu papel discursivo. Consideramos que esse seja um caminho para se promover o desenvolvimento cognitivo-linguístico dos aprendizes.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. (1998) Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília.
- CULIOLI, A. (1999) *Pour une linguistique de l'énonciation: Formalisation et operations de repérage*. Tome 2. Paris: Ophrys.

ONOFRE, M.B. (2009) A enunciação linguística: entre a estabilidade e a plasticidade linguística. In: ONOFRE, M.B; REZENDE, L.M. (Org.). *Linguagem e línguas naturais: Clivagem entre o enunciado e a enunciação*. São Carlos: Pedro & João Editores. p.83-94.

_____. (2008) O processo de predicação no ensino de língua. In: MAGALHÃES, J.S.; TRAVAGLIA, L.C. (Org.). *Múltiplas Perspectivas em Linguística*. Uberlândia: EDUFU. p.2239-2244.

REZENDE, L.M. (2009) Articulação da linguagem com as línguas naturais: o conceito de noção. In: ONOFRE, M.B; REZENDE, L.M. (Org.). *Linguagem e línguas naturais: Clivagem entre o enunciado e a enunciação*. São Carlos: Pedro & João Editores. p.13-42.

_____. L.M. (2008) Atividade epilinguística e o ensino de língua portuguesa. In: *Revista do Gel*. São José do Rio Preto, v.5, n.1, p. 95-108.

Marilia Blundi Onofre. Possui doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (2003). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de São Carlos. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Enunciação Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: linguística, enunciação, ensino de língua, mecanismos enunciativos. (Texto informado pelo autor)

Solange Christiane Gonzalez Barros. É formada (2003) em Letras pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e mestre (2011) em Linguística, na área de Ensino e Aprendizagem de Línguas pela mesma universidade. É professora efetiva (PEBII) da rede pública de ensino do Estado de São Paulo desde 2005. Tem se dedicado ao ensino de língua estrangeira moderna (Inglês) e materna. Em relação à língua portuguesa, tem desenvolvido o seu trabalho principalmente na produção e interpretação de textos. Possui experiência na área de Linguística, com ênfase em Enunciação e Análise Linguística.

*Recebido em 09 de novembro de 2014.
Aprovado em 15 de novembro de 2014.*